

Total determinação para encerrar o programa de assistência



Conselho Nacional do PSD analisa a situação política

Eições Autárquicas de 2013

Registo dos resultados e mensagens do Presidente e de Marco António Costa

Este número do “Povo Livre” tem em destaque, preservados para memória futura do nosso Partido, o registo e difusão dos resultados das eleições autárquicas do dia 29 de Setembro de 2013.

Registamos também as comunicações feitas à Informação na noite eleitoral pelo Presidente Pedro Passos Coelho e pelo Coordenador da Comissão Política, Marco António Costa.

As ironias da política, em Democracia, são muitas vezes cruéis. O nosso Partido, no Governo em coligação com o CDS/PP, teve de assumir uma situação desesperada, do ponto de vista económico e financeiro, que os Governos de responsabilidade socialista foram criando ao longo de quase década e meia, incluindo um pedido de resgate à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional. Com a ligeireza que lhes conhecemos, certos de que não ficariam a gerir a bancarrota, negociaram condições pesadíssimas, quase humilhantes, em que até o prazo de duração do resgate (3 anos) pressupunha sacrifícios a exigir aos portugueses, de dimensão e amplitude nunca vista.



Fomos assim encarregados duma tarefa impopular, de exigências de sacrifício, de deterioração do nível de vida, de subida de desemprego, que não tinham sido visíveis nos últimos anos do governo anterior, cuidadosamente disfarçadas e “varridas para baixo do tapete”.

Aconteceu o inevitável: quando a realidade começou a tocar à porta de cada um, a gravidade da situação de muitos indivíduos e muitas famílias, quase em desespero, foi depositada em grande parte à porta do Governo! Tínhamos, por dever de salvação nacional, dado a cara; recebemos, na primeira oportunidade – estas eleições – as consequências. São da responsabilidade directa dos nossos adversários, as condições adversas; sobraram para nós, as consequências. E assim registamos uma pesada derrota.

Perdemos esta batalha. Mas não perdemos, nem perderemos, a Guerra. Prometemos salvar Portugal, sem olhar a ganhos partidários. É isso que estamos a fazer. Como nos ensinou Francisco Sá Carneiro: «Primeiro a Pátria; só depois o Partido e só, no fim, os indivíduos!» - Povo Livre

Mensagem do Presidente

Pedro Passos Coelho na noite das eleições autárquicas

«Quero, em primeiro lugar, fazer uma saudação muito especial a todos aqueles que cessaram funções autárquicas nestas eleições bem - evidentemente como a todos aqueles que foram eleitos, independentemente da origem partidária ou da sua natureza independente.

De facto o poder local é extremamente importante na construção de um País moderno que todos desejamos e as escolhas que hoje foram feitas pelos portugueses são importantes para que o País possa caminhar nos próximos anos, com Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia que lutem por melhores níveis de bem-estar e de progresso em Portugal.

Não se desculpará que não fizesse aqui também uma alusão directa a todos aqueles que se candidataram em listas do PSD ou em listas em que o PSD apareceu coligado.

O facto de ter havido um resultado eleitoral, do ponto de vista nacional, que é claramente negativo para o PSD, não significa que em muitas câmaras municipais, em que essas candidaturas foram vitoriosas, esse resultado não tenha sido um resultado que deve ser creditado, evidentemente, à qualidade e ao mérito dessas candidaturas e quero aqui endossar uma saudação muito calorosa a todos aqueles que, em listas próprias do PSD, ou em coligação, obtiveram o objectivo de ganhar as eleições.

Disse hoje de manhã, repetindo o que já tinha dito durante a campanha eleitoral, que estas eleições eram eleições autárquicas, não eram eleições nacionais. Mas evidentemente que há sempre leituras nacionais a fazer de eleições autárquicas. O PSD registou, enquanto tal, nestas eleições, uma derrota eleitoral nacional. Os portugueses estão habituados a ouvir da minha boca uma palavra directa e sem sofisma. O PSD tinha colocado como fasquia ganhar as eleições autárquicas, conquistando portanto a maioria das câmaras municipais e isso não aconteceu. Pelo contrário, o PSD registou um dos resultados ao nível daqueles que no final dos anos 1980 e em meados dos anos 1990, alcançou também durante períodos de governação mais exigentes. Sabemos evi-



dentemente que há sempre um preço a pagar pela força como estamos na política. O facto de esta ter mostrado que as candidaturas que suportávamos não seriam ao populismo e antes pelo contrário, se mantinham com os pés bem assentes na terra, acaba sempre por trazer consequências eleitorais, não tenho duvida. Por essa razão, é merecida também uma palavra de conforto a todos aqueles que disputaram estas eleições em condições tão desfavoráveis.

Mas este é um ponto que quero também realçar, uma vez que o resultado não foi aquele que nos pretendíamos e do ponto de vista nacional, o Partido Socialista obteve aqui uma vitória expressiva e assim cumprimentou o Partido Socialista por esta vitória significativa, que teve nesta noite de hoje.

Finalmente, quero reafirmar que como Presidente do

PSD e como Primeiro-Ministro, me continuarei a bater pelo caminho que temos vindo a percorrer, que é um caminho indispensável á recuperação da crise económica, recuperação de confiança e do crescimento em Portugal. Isso implicará e exigirá ainda, como tenho dito - e não o escondi durante a campanha eleitoral - matéria com relevo e sacrifícios para futuro.

Mas sabemos que esse caminho é também aquele que nos dá a possibilidade de poder encerrar o actual programa de assistência económica e financeira e de recuperar, como temos direito, a possibilidade de voltar a crescer e de dar aos portugueses uma maior justiça social e uma maior prosperidade para todos. Esse é o caminho que vimos trilhando desde que tomei posse e é esse caminho que irei continuar a seguir. Boa noite e obrigado!» - Povo Livre

Declaração de Marco António Costa a abrir a noite eleitoral

«Cabe-me a minha de fazer a primeira declaração da noite, em nome do Partido Social-Democrata.

Queria, obviamente em nome do PSD, congratular-me pela forma como decorreu o acto eleitoral de hoje em todo o País e salientamos o civismo exemplar dos cidadãos portugueses que perceberam que a eleição dos autarcas das freguesias e dos municípios constitui um momento importante para a democracia portuguesa. Estas eleições, pela proximidade dos autarcas às populações que os elegem, pela importância que o poder local tem na promoção do desenvolvimento do País, assumem um papel fundamental na resolução das questões com que os cidadãos se confrontam no dia-a-dia nos seus locais de residência.

O PSD quer ainda aproveitar este momento para agradecer a todos, que percebendo a importância deste acto eleitoral fizeram questão de exercer o seu direito cívico de voto para escolha dos seus eleitos locais, bem como a todos e a todas que asseguraram o funcionamento das secções de voto no país.

Queremos ainda deixar uma palavra de grande apreço aos milhares de candidatos que em listas em nome do Partido Social Democrata, ou das coligações que integramos estiveram junto das populações em toda esta campanha eleitoral de forma pedagógica, explicando as propostas para a resolução dos problemas que mais directamente afectavam essas mesmas populações.

Uma palavra final de agradecimento muito particular



à Coordenadora Autárquica do Partido Social Democrata, aos dirigentes do Partido, nomeadamente aos ex-líderes do PSD que participaram nesta campanha fazendo questão de apoiar todos os nossos candidatos e os seus programas eleitorais sem pouparem esforços.

É ainda muito cedo para fazermos leituras finais desta noite eleitoral e portanto aguardaremos com serenidade o apuramento dos resultados oficiais.» - Povo Livre (Nota: a intervenção da Marco António Costa é anterior aos primeiros resultados conhecidos, pois foi preferida pelas 20h30).

Lista dos 106 Presidentes de Câmara eleitos pelo PSD e em coligação

Aveiro

Albergaria-a-Velha
António Augusto Amaral Loureiro e Santos (CDS-PP)

Aveiro
José Agostinho Ribau Esteves (PPD/PSD - CDS-PP - PPM)

Espinho
Joaquim José Pinto Moreira (PPD/PSD)

Santa Maria da Feira
Emídio Ferreira dos Santos Sousa (PPD/PSD)

Ílhavo
Fernando Caçoilo (PSD)

Murtosa
Joaquim Manuel dos Santos Baptista (PPD/PSD)

Oliveira de Azeméis
Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves (PPD/PSD)

Oliveira do Bairro
Mário João Ferreira da Silva Oliveira (PPD/PSD)

Ovar
Salvador Malheiro Ferreira da Silva (PPD/PSD)

São João da Madeira
Ricardo Nicolau Soares Terra de Oliveira Figueiredo (PPD/PSD)

Vagos
Silvério Rodrigues Regalado (PPD/PSD)

Braga

Braga
Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (PPD/PSD - CDS-PP - PPM)

Celorico de Basto
Joaquim Monteiro da Mota e Silva (PPD/PSD)

Esposende
António Benjamim da Costa Pereira (PPD/PSD)

Póvoa de Lanhoso
Manuel José Torcato Soares Baptista (PPD/PSD)

Vieira do Minho
António Cardoso Barbosa (PPD/PSD - CDS-PP)

Vila Nova de Famalicão
Paulo Alexandre Matos Cunha (PPD/PSD - CDS-PP)

Vila Verde
António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela (PPD/PSD)

Bragança

Bragança
Hernâni Dinis Venâncio Dias (PPD/PSD)

Carraceda de Ansiães
José Luís Correia (PPD/PSD)

Freixo de Espada à Cinta
Maria do Céu Quintas (PPD/PSD)

Macedo de Cavaleiros
Manuel Duarte Fernandes Moreno (PPD/PSD)

Mirandela
António José Pires Almor Branco (PPD/PSD)

Torre de Moncorvo
Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves (PPD/PSD - CDS-PP)

Vimioso
António Jorge Fidalgo Martins (PPD/PSD)

Castelo Branco

Fundão
Paulo Alexandre Bernardo Fernandes (PPD/PSD)

Oleiros
Fernando Marques Jorge (PPD/PSD)

Sertã
José Farinha Nunes (PPD/PSD)

Vila de Rei
Ricardo Jorge Martins Aires (PPD/PSD)

Coimbra

Arganil
Ricardo João Barata Pereira Alves (PPD/PSD)

Cantanhede
João Carlos Vidaurre Pais de Moura (PPD/PSD)

Mira
Raul José Rei Soares de Almeida (PPD/PSD)

Pampilhosa da Serra
José Alberto Pacheco Brito Dias (PPD/PSD)

Penela
Luis Filipe da Silva Lourenço Matias (PPD/PSD)

Faro

Albufeira
Carlos Eduardo Silva e Sousa (PPD/PSD)

Castro Marim
Francisco Amaral (PPD/PSD)

Presidente

Faro
Rogério Conceição Bacalhau Coelho (PPD/PSD - CDS-PP - MPT - PPM)

Monchique
Rui André (PSD)

Vila Real de Santo António
Luís Filipe Soromenho Gomes (PPD/PSD)

Guarda

Almeida
António Baptista Ribeiro (PPD/PSD - CDS-PP)

Gouveia
Luís Tadeu (PPD/PSD - CDS-PP)

Guarda
Álvaro dos Santos Amaro (PPD/PSD - CDS-PP)

Manteigas
José Manuel Custódia Biscaia (PPD/PSD)

Pinhel
Rui Manuel Saraiva Ventura (PPD/PSD)

Sabugal
António dos Santos Robalo (PPD/PSD)

Vila Nova de Foz Côa
Gustavo de Sousa Duarte (PPD-PSD)

Leiria

Alcobaça
Paulo Jorge Marques Inácio (PPD/PSD)

Alvaiázere
Paulo Tito Delgado Morgado (PPD/PSD)

Ansião
Rui Rocha (PSD)

Batalha
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos (PPD/PSD)

Bombarral
José Manuel Gonçalves Vieira (PPD/PSD)

Caldas da Rainha
Fernando Manuel Tinta Ferreira (PPD/PSD)

Óbidos
Humberto da Silva Marques (PPD/PSD)

Pedrogão Grande
Valdemar Gomes Fernandes Alves (PPD/PSD)

Pombal
Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus (PPD/PSD)

Lisboa

Cadaval
José Bernardo Nunes (PPD/PSD)

Cascais
Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras (PPD/PSD - CDS-PP)

Mafra
Helder António Guerra de Sousa Silva (PPD/PSD)

Portalegre

Alter do Chão
Joviano Martins Vitorino (PPD/PSD)

Arronches
Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho (PPD/PSD)

Castelo de Vide
António Manuel das Neves Nobre Pita (PPD/PSD)

Fronteira
Rogério David Sádio da Silva (PPD/PSD)

Marvão
Victor Manuel Martins Frutuoso (PPD/PSD)

Sousel
Armando Jorge Mendonça Varela (PPD/PSD)

Porto

Amarante
José Luís Gaspar Jorge (PPD/PSD - CDS-PP)

Felgueiras
José Inácio Cardoso Ribeiro (PPD/PSD - PPM)

Maia
António Gonçalves Bragança Fernandes (PPD/PSD - CDS-PP)

Marco de Canaveses
Manuel Maria Moreira (PPD/PSD)

Paredes
Carlos Manuel Gomes Ferreira (PPD/PSD)

Penafiel
Antonino Aurélio Vieira de Sousa (PPD/PSD - CDS-PP)

Póvoa de Varzim
Aires Henrique do Couto Pereira (PPD/PSD)

Trofa
Sérgio Humberto Pereira da Silva (PPD/PSD - CDS-PP)

Santarém

Ferreira do Zêzere
Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores (PPD/PSD)

Mação
Vasco António Mendonça Sequeira Estrela (PPD/PSD)

Rio Maior
Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais (PPD/PSD - CDS-PP)

Santarém
Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves (PPD/PSD)

Sardoal
António Miguel Cabedal Borges (PPD/PSD)

Viana do Castelo

Arcos de Valdevez
João Manuel do Amaral Esteves (PPD/PSD)

Valença
Jorge Manuel Salgueiro Mendes (PPD/PSD)

Vila Real

Alijó
Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães (PPD/PSD)
Boticas
Fernando Eirão Queiroga (PPD/PSD)

Chaves
António Cândido Monteiro Cabeleira (PPD/PSD)

Peso da Régua
Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves (PPD/PSD)

Valpaços
Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida (PPD/PSD)

Vila Pouca de Aguiar
António Alberto Pires Aguiar Machado (PPD/PSD)

Viseu

Armamar
João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca (PPD/PSD)

Lamego
Francisco Manuel Lopes (PPD/PSD - CDS-PP)

Mortágua
José Júlio Henriques Norte (PPD/PSD)

Oliveira de Frades
Luís Manuel Martins de Vasconcelos (PPD/PSD - CDS-PP)

Penedono
António Carlos Saraiva Esteves de Carvalho (PPD/PSD)

São João da Pesqueira
José Tulha (PPD/PSD)

Sátão
Alexandre Manuel Mendonça Vaz (PPD/PSD)

Sernancelhe
Carlos Silva Santiago (PPD/PSD)

Tabuaço
Carlos André Teles Paulo de Carvalho (PPD/PSD - CDS-PP)

Tarouca
Valdemar de Carvalho Pereira (PPD/PSD)

Tondela
José António Gomes de Jesus (PPD/PSD)

Viseu
António Joaquim Almeida Henriques (PPD/PSD)

Vouzela
Rui Miguel Ladeira Pereira (PPD/PSD)

Açores

Vila do Porto
Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD)

Ponta Delgada
José Manuel Cabral Dias Bolieiro (PPD/PSD)

Ribeira Grande
Alexandre Branco Gaudêncio (PPD/PSD)

Madalena
José António Marcos Soares (PPD/PSD)

Madeira

Calheta (R.A.M.)
Carlos Manuel Figueira de Ornelas Teles (PPD/PSD)

Câmara de Lobos
Pedro Emanuel Abreu Coelho (PPD/PSD)

Ponta do Sol
Rui David Pita Marques Luís (PPD/PSD)

Ribeira Brava
Ricardo António Nascimento (PPD/PSD)

Análise da situação política e perspectivas das actividades mais relevantes do futuro próximo



O Presidente do PSD assumiu a derrota de Domingo como tendo implicações nacionais, embora apenas restringidas ao nível das autarquias.

O líder social-democrata lembrou a grande crescimento da abstenção, votos brancos e da votação em “nulos”, que atingiu muito mais o Partido no Governo que os seus adversários.

Passos Coelho garantiu ainda aos conselheiros nacionais que «...o Governo não vai mudar de rumo».

Embora no decorrer da reunião houvesse algumas críticas, por parte de conselheiros, quanto à estratégia autárquica adoptada, ninguém questionou abertamente a actual liderança do partido.

Pelo contrário, como garantiu depois o Porta-Voz do Partido, os sociais-democratas estão com uma «coesão interna total e absoluta» e determinados em reconquistar os eleitores que não lhes deram o voto nas eleições autárquicas. - (Nota: veja caixa na secção seguinte, “PSD: Porta-Voz da CPN”).

Passos Coelho aponta factores positivos e negativos e reflecte sobre o futuro

O Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, abriu o Conselho Nacional, com um discurso tranquilo, e começou por lembrar que o frenesim oposicionista, a pedir eleições antecipadas, tinha perdido força com o calor do verão, mas tinha regressado a uma forma diferente de acção, a de tentar investir as eleições autárquicas de um significado quase exclusivamente nacional, que obviamente não tinham, embora algumas considerações nacionais pudessem e devessem extrapolar-se dos resultados.

O Presidente apresentou quatro pontos que ressaltaram destas eleições, sendo que o 1º era a forma cordata como o eleitorado aceitou, nas zonas que foram objecto de acção, a reorganização administrativa, em contraste como “pandemónio” que a Oposição desejava.

O 2º ponto, relacionava-se com o factor negativo que para o PSD resultava da impossibilidade de uma percentagem elevada de Presidentes veteranos e alta-

mente competentes que não puderam recandidatar-se. Das Câmaras perdidas, nada menos que 31 foram as que tinham Presidentes impedidos de se recandidatar.

Em 3º lugar, como factor negativo para os sociais-democratas, registamos o fenómeno “independentes”, que sendo geralmente anti-PSD, revelaram uma força de protesto que teve grande relevância.

Finalmente, em 4º lugar, é necessário afirmar que, contrariamente ao que alguns dizem, a Direcção Nacional não escolheu nem impôs candidatos que não tenha sido aprovados no “crivo” das Distritais e das Concelhias.

“Eu estou convencido que essas escolhas foram boas” – afirmou, para dizer, depois que a “tal leitura nacional se resume a isto: o PSD perdeu e o PS ganhou. Nada mais – e o Partido como um todo, não vacilou, não perdeu coesão, e fortaleceu-se na decisão firme de recuperar os eleitores que apenas estão momentaneamente perdidos”.

O futuro é que conta, bem como as tarefas que nos esperam

É evidente que o grande desígnio nacional, que é tarefa do Governo, é o encerramento do processo de assistência externa, que vivemos desde 2011 e que tantos sacrifícios custou ao País e aos Portugueses. Cada um de nós o sabe, não é altura de fazermos revisões exaustivas do que todos sabemos e sentimos.

Segundo o Presidente, as actividades partidárias estão condicionadas pela aproximação de duas datas importantes, as Eleições Presidenciais Directas e o XXXV Congresso, por um lado; e todo o processo ligado às eleições para o Parlamento Europeu e – associado a este – o Congresso do PPE, no qual será escolhido o nome a apresentar ao Parlamento Europeu, como candidato a Presidente da Comissão Europeia. [Nota: Remetemos o nosso leitor para o artigo nas páginas seguintes, intitulado “Mais Europa, Melhor Portugal!” onde o assunto, como foi discutido no Conselho Nacional, está plenamente desenvolvido].

O Presidente lembrou que as listas do PSD – que concorre em coligação e com a mesma plataforma do

CDS/PP, segundo os acordos celebrados em 2011 - têm de estar fechadas em março, para que o tribunal constitucional as possa validar nos prazos legais. Assim, com uns prazos dependentes dos outros, é necessário que os assuntos partidários estejam encerrados no princípio de 2014, o que leva a uma pequena antecipação das acções de eleição do Presidente e do Congresso subsequente.

A Economia e o programa de assistência da “troika”

O Presidente disse ainda ao Conselho que – segundo todas as formações disponíveis – a Economia tinha, finalmente, iniciado a sua inversão para terrenos positivos, processo iniciado no 2º trimestre, e confirmado no 3º. As perspectivas para 2014 são favoráveis, mas o Presidente afirmou que “não há resultados absolutamente garantidos, pois muito depende da determinação do Governo em manter as medidas para baixar a despesa e “acidentes de percurso” que estejam fora da esfera de acção governamental.

É bom verificar que no estrangeiro o Governo é visto como “entidade fiável”, mas que um partido do arco governamental – e como tal observado por agências de “rating” e prestadores de apoio financeiro – tenha escolhido um caminho de negação de tudo o que negociou e assinou, aproximando-se cada vez mais das posições do Partido Comunista! O PS, pouco a pouco, deixou de ser credível e transformou-se num factor de risco.

O Presidente teve palavras de agradecimento e felicitação a quantos trabalharam com dedicação na campanha autárquica, destacando na primeira fase o vice-presidente e coordenador Jorge Moreira da Silva, e na segunda fase o Vice-Presidente Marco António e sempre, ao longo da campanha, o Secretário-Geral Matos Rosa. Não esqueceu, também os antigos dirigentes do Partido, como Marcelo Rebelo de Sousa, Manuela Ferreira Leite e Marques Mendes, que dedicadamente, deram tempo e esforço ao contacto com as populações. Povo Livre

“Mais Europa, Melhor Portugal!/Conselho Nacional”

O PSD calendarizou a preparação das eleições europeias



Após a reunião da Comissão Política de ontem, que antecedeu o Conselho Nacional, um comunicado da Direcção do PSD, recordava que «O próximo desafio eleitoral do PSD serão as eleições europeias em Maio de 2014 e no sentido de preparar estas eleições recorda-se a declaração do Presidente do PSD, em 6 de Julho de 2013, afirmando que o PSD e o CDS se comprometem a apresentar um manifesto comum que articule com clareza um projecto político para a Europa, em que o crescimento, o combate ao desemprego e a legitimidade democrática das instituições europeias sejam prioridades fundamentais.»

Este manifesto será a plataforma comum para ambos os partidos nas eleições para o Parlamento Europeu, que terão lugar em 2014. «Como líderes dos dois partidos que formam a coligação governamental iremos propor aos respectivos órgãos partidários que este manifesto de política europeia seja a base de uma lista única para disputar as eleições para o Parlamento Europeu.»

Assim, importa que o PSD inicie o processo de preparação do trabalho inerente à sua contribuição para a elaboração desse manifesto eleitoral.

Portugal e os Portugueses são europeus por convicção e projecto. Por isso o Programa do PSD recorda e bem que a «nossa identificação com o projecto europeu excede a simples valorização instrumental dos benefícios que decorrem da pertença de Portugal à União Europeia, quer no plano económico, quer no plano diplomático /.../ daí que o PSD proponha também o aprofundamento da cidadania europeia /.../ e defenda o aprofundamento da integração económica, monetária e política do espaço europeu, por traduzir institucionalmente valores civilizacionais comuns e necessidades mútuas». Fazemos parte do destino europeu e hoje, para além de cidadãos portugueses, somos também cidadãos europeus.

Mas o PSD não esquece que a Europa complementa e reforça a nossa vocação atlântica e universalista. A integração na União Europeia é hoje uma condição essencial para preservar esse nosso legado histórico e universal e as relações que dele resultam. Como não ignoramos que não é possível nem viável prometer aos portugueses caminhos de desenvolvimento económico e

melhor qualidade de vida fora do espaço de integração na Europa comunitária.

Portugal, não sendo geograficamente um País do centro da Europa, tem estado desde há muito no centro da integração europeia. Como no centro do projecto europeu, esteve sempre o PSD: além do fundador, dirigentes nossos foram figuras marcantes do apoio à aposta europeia, da adesão à CEE e depois ao SME, bem como do governo da União: Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Carlos Mota Pinto, Rui Machete, Cavaco Silva, Durão Barroso, entre muitos outros.

Ao construir o seu programa eleitoral, a Comissão Política Nacional do PSD deve definir, em cada momento, o que deverão constituir iniciativas próprias que permitam ao PSD dar o seu contributo próprio e o que, com vantagem, constituam iniciativas comuns no âmbito da coligação eleitoral que se irá apresentar às eleições.

Se o PSD não ignora que existem posições políticas sobre as questões europeias comuns com outros partidos pró-europeus (designadamente forças políticas que se encontram na oposição ao governo), considera indispensável definir a sua posição autónoma que lhe permita suscitar o debate sobre as questões da actualidade e responder ao que os portugueses hoje esperam de Portugal e da Europa.

O PSD não ignora ainda a circunstância de, na próxima Legislatura, Portugal dispor apenas de 21 representantes no Parlamento Europeu e da Europa estar confrontada com questões essenciais de modelo, eficácia e funcionamento que a crise financeira, económica e social apenas vieram realçar.

Para isso, vamos promover:

- Grandes debates;
- Mobilizar o PSD;
- Ouvir os portugueses.

Somos portugueses e europeus

Sendo europeístas por convicção os sociais-democratas não ignoram que importa afirmar e defender os

interesses nacionais legítimos na esfera europeia. Por isso dizemos que eleger 21 Deputados ao Parlamento Europeu tem de representar eleger 21 Embaixadores do interesse nacional em Bruxelas e Estrasburgo.

A construção de um Programa eleitoral deve assim responder à questão “Que Europa devemos construir?”, procurando identificar as grandes linhas do desenho de uma União mais coesa e eficaz onde seja possível também afirmar e valorizar os nossos interesses nacionais.

Os seis grandes debates

Em colaboração com o Instituto Francisco Sá Carneiro, o PSD promoverá 6 Grandes Debates com a participação de personalidades nacionais e europeias.

Os debates serão:

1. A Europa do crescimento e do emprego

Como é que a UE pode contribuir para apostar no crescimento e na criação de emprego? Como combater o desemprego e, sobretudo, o desemprego jovem e o desemprego de longa duração? Como apostar nas PME? Como tirar partido da Ciência e da Investigação & Desenvolvimento?

2. A Europa da livre circulação

Como proteger e consolidar a livre circulação que os europeus consideram a mais importante realização do projecto europeu? Como é que a UE pode reforçar o seu Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça? Como aumentar a segurança sem diminuir a liberdade? Como partilhar fronteiras seguras? Como combater a criminalidade transfronteira? Como melhorar a protecção civil europeia?

3. A Europa da solidariedade

Como conciliar o Livre Mercado com mecanismos de solidariedade interna que reduzam as assimetrias dentro da UE? Como ajudar os países em dificuldades? Como preservar esquemas de apoio específicos às ultra-periferias? Como colocar as pessoas com mais dificuldades no centro das políticas europeias e não apenas das nacionais?

Como conciliar a responsabilidade com a solidariedade no espaço europeu?

4. A Europa com um euro estável

Como garantir que todos os Estados colaboram no objectivo de manterem as finanças sãs? Que poderes para o Banco Central Europeu? Como ajudar os bancos com dificuldades? Como levar à prática a supervisão bancária à escala europeia? Que espaço para a harmonização fiscal? O que podemos esperar da Governação Económica Europeia?

5. A Europa aberta ao mundo globalizado

Que relação da Europa com os outros blocos económicos? Como garantir os benefícios do comércio livre segundo padrões de justiça e de sustentabilidade ambiental? Que política de imigração europeia? Como combater a contracção demográfica? Como tornar a Europa num espaço económico mais competitivo? Como deve a Europa defender os valores democráticos e o respeito pelos direitos humanos no mundo? Que valores e causas pode a Europa defender no Mundo global?

6. A Europa da cidadania

Como aproximar as instituições europeias dos cidadãos? Que reforma das instituições? Como aprofundar o espaço público europeu? Como combinar a unidade europeia com a diversidade social e cultural dos seus povos? Que política cultural europeia? Como elevar as instituições académicas e de investigação científica aos padrões mais exigentes? Como aprofundar o Estado de Direito europeu?

Mobilizar o PSD

As Comissões Políticas Regionais, Distritais e de Secção devem ser estimuladas a participar activamente neste esforço de debate das questões europeias e de formulação das propostas eleitorais.

A Comissão Política Nacional, usando meios clássicos e tirando partido das novas tecnologias deverá:

a) Editar, em colaboração com o Instituto Sá Carneiro, uma pequena brochura sobre o projecto europeu que garanta a informação comum mínima que permita a elaboração de questões sobre o que queremos hoje da União Europeia.

b) Abrir um canal de participação online que permita recolher opiniões, propostas e reflexões sobre a UE e Portugal (no site do PSD ou criando uma plataforma autónoma).

c) Promover sondagens periódicas online que permitam identificar o grau de apoio a linhas de propostas e fazer escolhas entre diferentes alternativas (no site do PSD ou criando uma plataforma autónoma).

Ouvir os portugueses

Neste processo aberto de construção das suas propostas, o PSD tudo fará para associar a generalidade dos portugueses a esta reflexão, possibilitando a sua participação em plano de igualdade com os militantes social-democratas nomeadamente nas plataformas online.

Para além disso, nos planos nacional, regional, distrital e concelhio, serão estimuladas iniciativas de contacto com organizações independentes da sociedade civil como parceiros sociais (empregadores, trabalhadores e terceiro sector), Organizações Não Governamentais, associações culturais e recreativas, instituições da economia social, estruturas da protecção civil, personalidades relevantes das confissões religiosas. Nesses contactos, dirigentes do PSD procurarão identificar junto dessas organizações e personalidades as suas principais preocupações e propostas sobre Portugal e a Europa.

O cronograma das iniciativas políticas

Ainda em 2013

Outubro – Eleições GPPSD

Novembro – Início da preparação das Eleições Euro-



peias, de acordo com as linhas gerais apresentadas no documento “Mais Europa, Melhor Portugal”

Novembro / Dezembro – Sessões Temáticas OE 2014

Dezembro – Sessão Evocatória do falecimento do fundador do PSD, Dr. Francisco Sá Carneiro (dia 4)

Dezembro – Conselho Nacional PSD (marcação das datas para as Eleições Presidenciais Directas e Congresso)

Em 2014

Janeiro – Início das Comemorações do 40º Aniversário do PSD que se estenderão até Dezembro de 2014

Janeiro – Eleições Directas

Fevereiro – XXXV Congresso Nacional do PSD

Março – Conselho Nacional PSD (aprovação do manifesto eleitoral e política de coligação para as eleições europeias)

Março – Congresso PPE, em Dublin (dia 6 e 7)

Abril – Termo entrega de candidaturas para o Parlamento Europeu (dia 14)

Maio – Campanha Eleitoral Parlamento Europeu (dias 12 a 23)

Maio – Eleição Parlamento Europeu (dia 25). - Povo Livre

Marco António Costa

“Temos de reconquistar os eleitores que não votaram PSD nestas eleições”

O Coordenador da CPN e Porta-voz do PSD prestou declarações à Imprensa num intervalo do Conselho Nacional de terça-feira, afirmando que os sociais-democratas estão com uma “coesão interna total e absoluta” e determinados em reconquistar os eleitores que não lhes deram o voto nas eleições autárquicas.

Questionado sobre eventuais divisões no PSD, Marco António Costa respondeu: “Não encontro no Partido, em nenhum sector do partido, esse ambiente nem esse tipo de preocupação em relação ao líder do PSD. Nós estamos com um ambiente de coesão interna total e absoluta. Não vemos nenhum sinal de preocupação.”

O porta-voz do PSD considerou que os resultados das eleições autárquicas de Domingo merecem “uma atenção mais detalhada”, referindo os valores da abstenção, de votos brancos e nulos como “um sinal que merece ser observado”.

“Estamos determinadíssimos a poder reconquistar muitos dos eleitores que de uma forma ou de outra entenderam não apoiar os nossos projectos locais”, acrescentou.

Segundo Marco António Costa, contudo, a “focagem central” do PSD “é Portugal”.

O porta-voz do PSD disse ainda que a preocupação principal dos sociais-democratas é “garantir que Portugal cumpra o Programa de Assistência Económica e Financeira e se liberte da presença da ‘troika’ em Portugal” e reiterou o apelo ao PS para que contribua “de forma mais activa” para esse objectivo.

Nestas declarações, Marco António Costa confirmou que as eleições directas para a liderança do PSD deverão realizar-se em Janeiro e o Congresso Nacional em Fevereiro.

São actos normais e constantes dos estatutos do PSD, mas esta antecipação “...deve-se a uma razão é muito simples: temos eleições europeias a 25 de maio, temos de entregar as listas meados de Abril, temos Congresso do Partido Popular Europeu (PPE) em Março e importa chegar ao Congresso do PPE, que irá escolher o candidato do PPE a presidente da Comissão Europeia, e temos de fazer tudo isto já com a nossa vida completamente organizada a nível interno, com as escolhas e todo o trabalho interno do PSD realizado”, explicou.

“O normal seria o Congresso do PSD acontecer no mês de Março, como aconteceu há dois anos e, portanto, há uma ligeira antecipação de menos de 30 dias em função desta circunstância que eu refiro, que é o Congresso do PPE e a escolha dos candidatos a deputados ao Parlamento Europeu”, acrescentou.

O papel e a intervenção do Conselho de Jurisdição

Marco António Costa afirmou ainda que, ou os sociais-democratas que concorreram contra o partido nas eleições autárquicas suspendem a sua inscrição como militantes ou o Conselho de Jurisdição tratará da questão.

Questionado sobre os casos de militantes sociais-democratas como António Capucho e Marco Almeida que se candidataram às autárquicas de domingo em listas adversárias às do partido no concelho de Sintra, Marco António Costa afirmou que “o PSD é por natureza um partido tolerante, mas, como todos os partidos, tem estatutos que são para cumprir”.

Em declarações aos jornalistas, à margem da reunião do Conselho Nacional do PSD, num hotel de Lisboa, Marco António Costa referiu que, na “esmagadora maioria” dos casos de candidaturas contra o PSD, “o militante toma a iniciativa de suspender a sua inscrição”, acrescentando: “Quando assim não acontece, o Conselho de Jurisdição,



nos termos dos estatutos, trata da questão.”

Segundo Marco António Costa, “os processos disciplinares são da competência dos conselhos de jurisdição, que têm total e completa autonomia na forma como atuam”.

Os Estatutos do PSD estabelecem que “cessa a inscrição no partido dos militantes que se apresentem em qualquer ato eleitoral nacional, regional ou local em candidatura adversária da candidatura apresentada ou apoiada pelo PPD/PSD”.

Perante a menção desta regra da cessação da inscrição no partido, o porta-voz do PSD comentou: “É impossível ser mais claro ou dizer melhor.”

Interrogado sobre o caso do presidente cessante da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, Marco António Costa alegou “o único partido que ele tomou foi o do PSD” e assinalou que, da parte deste social-democrata, não houve “nenhuma declaração expressa de apoio a nenhuma outra candidatura” adversária do partido nas autárquicas.

Confrontado com o facto de Rui Rio ter criticado a candidatura de Luís Filipe Menezes à presidência da Câmara Municipal do Porto, o porta-voz do PSD retorquiu: “Sim, mas não apoiou eleitoralmente nenhum adversário do PSD e nós não temos, por princípio, o delito de opinião.”
– Povo Livre, com Lusa

Pedro Pimpão pede mais incentivos para o comércio local

O deputado do PSD, Pedro Pimpão, reuniu-se com o presidente da Associação Comercial e de Serviços de Pombal, Horário Mota. No encontro, foram discutidos temas relacionados com a actividade dos pequenos comerciantes, que assumem uma importância crucial na dinamização das economias locais.

Uma problemática abordada prende-se com a dinamização dos centros históricos dos núcleos urbanos que precisam de revitalização para atrair pessoas e assim impulsionar a actividade económica. Nesse sentido, foram discutidas algumas medidas que podem ser executadas nestes espaços urbanos centrais e nevrálgicos para a actividade comercial, nomeadamente, a instalação de sistemas de videovigilância que podem permitir o reforço do sentimento de segurança e confiança, quer dos comerciantes, quer do público em geral; a instalação de mais serviços públicos da administração central ou local, inclusive, a fixação de uma loja do cidadão onde as pessoas possam ter acesso directo a todos os serviços públicos; a criação de um sistema de incentivos à recuperação e execução de obras nos espaços interiores das lojas, assim como, à sua informatização; o estímulo ao reforço da iluminação das lojas e à sua imagem exterior; o aumento de espaços de restauração e esplanadas ao ar livre; a dinamização integrada de eventos envolvendo as várias instituições públicas e os diversos agentes culturais interessados e, no caso concreto da cidade de Pombal, a deslocalização da casa mortuária para um espaço periférico ao núcleo urbano. A requalificação do espaço público em curso com as obras de regeneração urbana é considerada um elemento positivo, devendo ser acompanhada de um sistema de incentivos à atracção e fixação de pessoas neste complexo histórico de enorme potencial turístico e cultural.



Quanto aos fundos directamente disponíveis para os pequenos comerciantes, foi destacado o novo programa Comércio Investe, que foi publicada no dia 24 de Julho do corrente ano, no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio. Esta medida veio substituir o sistema de incentivos a projectos de modernização do comércio, sendo que, esta medida para ser mais eficaz necessita de ver reforçada a sua componente de apoio à execução de obras nos interiores das lojas.

No que se refere ao empreendedorismo e inovação, foi destacada a importância de continuarem a ser dinamizados projectos de incentivo e apoio à criação de pequenas e médias empresas, assim como, de estimular os mais novos em contexto escolar. Outra das apostas que tem tido algum relevo no âmbito da actividade comercial está também relacionada com o “franchising”, que tem ganho novos adeptos por serem, na maior parte dos casos, negócios que têm uma marca associada já conhecida do público.

Foi ainda analisado o desafio da renovação geracional dos comerciantes e a necessidade de serem promovidos mais apoios e incentivos, para que os mais novos abracem a causa comercial, que é crucial para dar vida às localidades.

Já a terminar a reunião, foi suscitada a descida do IVA na restauração. Neste campo, o deputado Pedro Pimpão frisou que está a ser realizado um estudo pelo Governo para analisar esta questão e que vai pessoalmente defender, em sede de discussão do Orçamento de Estado, que se encontrem soluções compensadoras no lado da receita que permitam a descida do IVA na restauração, no sentido de estancar o aumento do desemprego e de falências neste sector.

PSD defende uma “estratégia concertada” para o Parque da Peneda-Gerês



Rosa Arezes apresentou um projecto de resolução do PSD que recomenda ao Governo o desenvolvimento de uma estratégia concertada de salvaguarda e promoção do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Recorda a parlamentar que o Parque foi criado em 8 de Maio de 1971, classificando uma vasta área localizada em seis concelhos: Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca (Distrito de Viana do Castelo), e ainda Terras de Bouro (Braga) e Montalegre (Vila Real). “Com uma área total de pouco mais de 70 mil hectares foi a primeira área protegida do nosso país e continua a ser a única com o estatuto de Parque Nacional, devido à riqueza do seu património natural e cultural. A sua criação, há 42 anos, teve, precisamente, como objectivo acautelar a conservação dos solos, águas, flora e fauna, assim como preservar a paisagem”.

A deputada recordou os processos e candidaturas feitos pelo Parque e referiu que os cerca de 10 mil pessoas que residem no território constituem-se em comunidades serranas, “com condições de mobilidade difíceis, que tiveram de desenvolver um certo desejo de autarcidade que se traduziu num “modus vivendi” muito próprio, valorizador de uma cultura de entajuda e de autossuficiência e também de uma tradição de comunitarismo de serviços. “Os baldios constituem outra marca desta identidade comunitária. É aí que a população vai buscar um conjunto de bens essenciais ao processo produtivo e à vida quotidiana. E é da exploração florestal dos baldios, na sua maioria sob gestão conjunta do Parque e das populações, que resulta uma receita importante para as Juntas de Freguesia ou Assembleias de Compartes, depois reinvestida na comunidade”.

Rosa Arezes afirma que este projecto de resolução recomenda, por isso, ao Governo que implemente uma estratégia concertada que mobilize autarquias locais, intermunicipais e administração central, no sentido de garantir a integridade do Parque, impulsionando o seu adequado desenvolvimento, mediante a afirmação, a nível nacional e internacional, da sua imagem e do seu notável património material e imaterial. “Recomenda também que a referida estratégia assegure que o Parque Nacional da Peneda-Gerês passe a ser um vector estruturante do desenvolvimento local e da melhoria da qualidade de vida das populações residentes e que assegure uma maior dinâmica ao turismo de natureza, ao turismo científico-cultural e ao turismo religioso”.



Director: José Silva Marques

Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 440 • 5 de Janeiro de 1983 • Preço 20\$00

Victor Crespo depois de indigitado pelo Conselho Nacional



O Presidente do Partido e o Primeiro-Ministro indigitado, à saída do Conselho Nacional

HONRAR OS COMPROMISSOS COM O POVO E COM NÓS PRÓPRIOS

As minhas primeiras palavras são de agradecimento pelas expressões de encorajamento que me foram dirigidas e pela confiança que depositastes ao propor a minha indigitação para o cargo de Primeiro-Ministro. Este agradecimento engloba, em particular, a Comissão Política que decidiu propor-me ao Conselho.

É-me dada a honra de poder suceder no Governo a Francisco Sá Carneiro e a Francisco Pinto Balsemão. Dois fundadores e principais obreiros do Partido Social Democrata. Curvo-me respeitosamente perante a memória de Sá

Carneiro. A Francisco Pinto Balsemão afirmo a minha amizade, lealdade e apoio na condução dos destinos do Partido.

Guardo para outro momento o elogio da obra governativa destes dois grandes homens de Estado. Quero porém desde já, por imperativos de consciência, prestar-lhes a minha pública homenagem.

Quero também aqui manifestar ao dr. Francisco Pinto Balsemão o meu reconhecimento pela distinção de me escolher para Ministro da Educação e de ser objecto da sua escolha e confiança no

seio da Comissão Política e do Conselho Nacional.

Faço-o na consciência assumida das responsabilidades a que vou ser chamado. Responsabilidades perante o País e perante o nosso Partido.

Amigos e Companheiros.

Gostava agora de vos dizer algumas palavras sobre os princípios básicos que norteiam a minha actuação futura: Que são:

Respeito pelo programa e objectivos da Aliança Democrática

1. Respeito pelo conceito, programa e objectivos da Aliança Democrática tal como foi criada e concebida.

Temos por essencial que se honrem os compromissos com o Povo e com nós próprios. A Aliança Democrática foi o

abrir de uma esperança, após períodos conturbados, e um desejo de progresso em justiça social. E nada nos autoriza a não nos empenharmos nela com todas as forças para se

Continua na pág. 12

Pinto Balsemão na RTP

É NECESSÁRIO QUE HAJA UMA REPARTIÇÃO JUSTA DOS SACRIFÍCIOS

PERGUNTA — Com o ano de 1982 prestes a terminar impunha-se fazer um balanço do que foi 1982 a nível partidário e simultaneamente proceder a uma perspectiva do que poderá ser o 1983 para os portugueses.

Temos hoje aqui conosco o dr. Francisco Pinto Balsemão, que nos irá fazer um balanço daquilo que considera que foi o ano de 1982 para o seu partido e também aquilo que pensa

que poderá vir a ser o 1983, dentro duma perspectiva social democrata.

Dr. Francisco Pinto Balsemão, 1982 o que foi? FRANCISCO PINTO BALSEMÃO — Numa perspectiva do Partido Social Democrata, 1982 foi um ano positivo. Os nossos militantes no Governo, na Assembleia da República, nos Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, nas Autarquias Locais, os nossos militantes

da Juventude Social Democrata, os militantes sociais democratas envolvidos e empenhados no mundo laboral, quer no aspecto sindical, quer também na vertente sócio-profissional, as mulheres sociais democratas que se organizaram pela primeira vez este ano numa organização própria — todos eles contribuíram lar-

Continua na pág. 4

Povo livre

Por motivo da quadra festiva, "Povo Livre" recebeu votos de Feliz Natal e de próspero Ano Novo da parte de centenas de leitores, amigos e entidades diversas. Na impossibilidade de responder individualmente, aqui deixamos o nosso agradecimento, bem como a retribuição dos bons votos formulados.

CONGRESSO À VISTA

A reflexão pedida

A dinâmica que falta

(PÁG. 8)

ACÇÃO GOVERNATIVA

Conselho de Ministros aprova oito importantes diplomas

Educação de adultos: novo projecto experimental

(PÁG. 2)

A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

Edição n.º 440 do "Povo Livre", de 5 de Janeiro de 1983. Destaques: "Victor Crespo depois de indigitado pelo Conselho Nacional: Honrar os compromissos com o povo e com nós próprios"; "Pinto Balsemão na RTP: É necessário que haja uma repartição justa dos sacrifícios". José Silva Marques era o director do órgão oficial do PSD.



O risco do capital

Jaime Quesado (*)

Impõe-se mais do que nunca o desenvolvimento de uma Agenda Operacional para o Capital de Risco em Portugal. A situação de ruptura sem precedentes a que se assiste no tecido empresarial – com particular evidência para as PME – determina que o Capital de Risco assuma o seu verdadeiro papel de operador de modernização estratégica das empresas. Precisamos com urgência de uma estrutura muito eficaz nas decisões tomadas e com mecanismos rigorosos mas justos de intervenção nas organizações. A economia dum país é em grande medida a arquitectura das suas empresas e a subida na escala de valor, com a inserção em redes internacionais e a incorporação de novas soluções de inovação de processos é um imperativo. Precisamos por isso de uma verdadeira cultura de risco de capital.

Esse “Contrato de Confiança” entre o Capital de Risco e o Sistema Empresarial não pode de forma alguma assentar unicamente numa definição formal por decreto avalizada pelas Autoridades Centrais – tem que se materializar na operacionalização efectiva de acções concretas no dia-a-dia da actividade económica, centradas na activação dos circuitos em que assenta a cadeia de valor da criação de riqueza e que envolve todos aqueles que conseguem acrescentar uma componente de diferenciação qualitativa na concepção de novos produtos e serviços. As Empresas têm que dar provas concretas de que estão claramente apostadas num projecto estratégico de modernização qualitativa assente no risco do Capital.

São sobretudo duas as áreas que exigem uma intervenção sistémica – profunda renovação organizativa e estrutural dos sectores (sobretudo) industriais e aposta integrada na utilização da Inovação como factor de alavancagem de criação de valor de mercado. A mobilização activa dos “actores económicos” numa lógica de pacto estratégico operativo permanente terá que ser uma condição central no sucesso desta nova abordagem, sob pena de intervenções isoladas não conseguirem produzir de facto os efeitos desejados. Este Novo Contrato de Confiança terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras.

Assegurar que as Empresas se reinventam como actores centrais numa nova aposta na criação de valor passa em primeiro lugar por um complexo mas necessário processo de reconversão do tecido empresarial nacional. Mas não basta. É de facto fundamental que os outros actores do Sistema, com particular incidência para o Capital de Risco, assumam as suas responsabilidades. O que está verdadeiramente em causa é a capacidade de o sistema voltar a ganhar capacidade de autofuncionamento em rede. Isso exige Confiança para o Futuro. Impõe-se por isso um Novo Contrato Estratégico na Economia Portuguesa. Uma Nova Agenda Económica ganha assim sinais de prioridade. Será o passo fundamental para fazer reganhar a confiança para o futuro.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arouca, para reunir no próximo dia 02 de Novembro de 2013 (sábado), pelas 21h00, na sua sede, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arouca, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Benavente, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sua sede, sita na Praça Doutor Anselmo Xavier, N.º 13, 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Órgãos da Secção: Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Outubro de 2013, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua das Pondres (Quinchoso) – Cabeceiras de Basto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política – eleições autárquicas
- 2 - Marcação da assembleia eleitoral para os órgãos locais
- 3 - Outros assuntos

CAMINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Caminha, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Outubro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política partidária
- 2 – Outros assuntos de interesse para a Secção

LISBOA - AO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes da Distrital de Lisboa/AO, para reunir, no próximo dia 03 de Novembro de 2013, (domingo), pelas

20h30, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos Distritais

a) - Mesa da Assembleia Distrital

b) - Comissão Política Distrital

c) - Conselho de Jurisdição Distrital

d) - Comissão Distrital de Auditoria Financeira

e) - Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Locais de Votação

Alenquer – Av. dos Bombeiros, 17 - B

Arruda dos Vinhos – Av. Timor Lorosae, 17 (junto à rotunda dos Bombeiros)

Cadaval – Rua Anselmo Carneiro da Silva s/n (sede provisória)

Lourinhã – Rua Engº Adelino Amaro da Costa, nº 4 – cave A

Sobral do Monte Agraço – Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nº 9

Torres Vedras - Rua 9 de Abril, nº 1 – 3º andar

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital, sita na Rua 9 de Abril, nº 1 – 3º andar, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, na sede respectiva, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- A eleição decorrerá em todas as secções do Distrito entre as 20h30 e as 22h30.

- As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oeiras para reunir no próximo dia 11 de Outubro de 2013 (sexta-feira) pelas 21h00 no Auditório Multiusos dos Bombeiros Voluntários do Dafundo, sito na Rua Antero de Figueiredo – Linda a Velha, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política

PORTO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital do Porto para reunir no próximo dia 04 de Outubro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sala Ipanema no Hotel Ipanema Park, sito na Rua de Serralves, 124, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações gerais
- 2 – Análise da situação política



LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD (Juventude Social Democrática), convoco a Assembleia da Secção Concelhia de Loures para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Outubro de 2013, pelas 21 horas, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 loja nº 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações;
- Análise das Eleições Autárquicas;
- Outros Assuntos.

ODIVELAS

Ao abrigo da alínea e) do artigo 69.º, do artigo 70.º, do n.º 2 do artigo 71.º, dos n.ºs 1 e 3 do artigo 118.º e no respeito do princípio consagrado no artigo 141.º, todos dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio Ordinário de Odivelas da JSD a reunir no dia 10 de Outubro de 2013, pelas 21h15m, na Sede Concelhia de Odivelas do PSD e da JSD, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, n.º 11, cave direita, 2675-279 Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Eleições Autárquicas 2013;
- 3 – Análise da Situação Política Nacional.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD/Santarém, a reunir no próximo dia 2 de Novembro de 2013, pelas 16:00H, na Sede do PSD de Santarém na Calçada de Mem Ramires, 2000 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

1-Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua, até às 24:00H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 16:00H e as 18:00H.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD/Tomar, a reunir no próximo dia 8 de Novembro de 2013, pelas 20:00H, na Sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, n.º 57 – A, com a seguinte ordem de trabalhos:

1-Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua, até às 24:00H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 20:00H e as 22:00H.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da JSD de Vila Real para reunir no próximo dia 9 de Novembro de 2013, pelas 14h30 horas, na sede do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata de Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia da JSD Vila Real.

Notas:

As urnas estarão abertas das 14h 30m às 16h30m.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Vila Real, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata de Vila Real, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Viseu, para reunir próximo dia 11 de Outubro de 2013, às 21.00h, na Sede do PSD Viseu, sita no Rossio, n.º 14 – 2º Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise dos resultados concelhios e nacionais das eleições autárquicas 2013;
- 3 – Outros assuntos.